

PRESTAÇÃO DE CONTAS
MEALHADA

2016



ESPAÇO INOVAÇÃO
MEALHADA



Município de
Mealhada

ÍNDICE

Índice.....	2
1 – INTRODUÇÃO	5
1.1 – Nota prévia	5
2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL.....	7
2.1 – Execução orçamental.....	7
2.2 – Execução patrimonial	9
3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO	12
3.1 – Orçamento global	12
3.2 – Orçamento da receita	14
3.2.1 – Receitas correntes	14
3.2.2 – Receitas de capital	16
3.3 – Orçamento da despesa	17
3.3.1 – Despesas correntes.....	18
3.3.2 – Despesas de capital	21
3.3.3 – Encargos assumidos e não pagos	22
3.3.4 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso.....	23
4 – ENDIVIDAMENTO e EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	25
4.1 – Endividamento.....	25
4.1.1 - Limite da dívida total.....	25
4.1.2 – Apuramento da dívida total.....	25
4.1.3 – Margem de endividamento municipal	27
4.2 - Equilíbrio orçamental	28
5 – ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	30
5.1 – <i>Balanço</i>	30
5.1.1 – Estrutura do ativo	32
5.1.2 – Estrutura dos fundos próprios.....	34
5.1.3 – Estrutura do passivo	35
5.2 – <i>Demonstração de resultados</i>	36
6 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS.....	42
6.1 – <i>Rácios orçamentais</i>	42
6.2 – <i>Rácios financeiros</i>	44
7 – RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46

8 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
8.1 – <i>Caracterização da entidade</i>	48
8.2 – <i>Notas ao balanço e à demonstração de resultados</i>	48
8.2.3 - Critérios valorimétricos aplicados	48
8.2.6 – Comentário à conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”	50
8.2.7 / 8.2.8 – Movimentos ocorridos e desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respectivas amortizações e provisões.....	51
8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar	51
8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização	52
8.2.16 - Entidades participadas societárias e não societárias	53
8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa	54
8.2.26 – Contas de ordem	54
8.2.27 – Provisões acumuladas	54
8.2.28 - Fundo patrimonial	55
8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..	57
8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros	57
8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários	57

INTRODUÇÃO

St
Cue
Clew
ST
Cue
A 01

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Alex', 'Celia', and 'D. M. S.']

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – Nota prévia

O presente relatório de gestão foi elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro) e espelha os níveis de execução orçamental alcançados em 2016, bem como a situação financeira do município de Mealhada no final deste exercício económico.

A estrutura do documento possibilita uma avaliação pormenorizada das variáveis da execução orçamental, através da segregação dos níveis de arrecadação da receita, dos níveis de realização da despesa, bem como uma análise detalhada da situação financeira e patrimonial do município, no final do período em apreciação, permitindo, deste modo, aferir sobre a eficiência dos meios afetos à execução das atividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes.

A metodologia de elaboração deste documento engloba a apresentação de quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados expostos em cada capítulo. Para uma melhor contextualização e comparação dos mesmos, são também apresentados, em alguns casos, elementos relativos à execução de anos anteriores.

Para efeitos de apreciação pelos órgãos autárquicos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e no n.º 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, são apresentados, nos termos do artigo 6.º do POCAL entre outros, os seguintes mapas:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimento;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

**ANÁLISE SUMÁRIA DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
E PATRIMONIAL**

g by
ur
leu
STFF
Du 10
B

2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Este capítulo versa sobre os níveis de execução alcançados no ano de 2016, na perspetiva orçamental e patrimonial, e apresenta uma breve síntese do comportamento e evolução das suas principais variáveis.

2.1 – Execução orçamental

Receitas

No exercício económico de 2016, o orçamento da receita do Município de Mealhada fixou-se em 21.872.105 euros.

A receita efetivamente cobrada fez um total de 20.077.846 euros, repartindo-se por receitas de natureza corrente, capital e outras receitas, com os valores de 13.229.469 euros, 2.527.459 euros e 4.320.918 euros, respetivamente.

O conjunto das receitas arrecadadas representa uma taxa de execução orçamental de 91,79%, sendo a execução da receita corrente de 109,37% e a de capital de 46,29%.

Do montante total de receita arrecadada destacam-se as principais fontes:

	Valor	%
● Receitas próprias	6.031.952	30,04
● Fundos Municipais	4.836.787	24,09

Despesas

A despesa paga em 2016 totalizou o montante de 12.474.563 euros, dos quais 9.786.611 euros respeitam a despesas de natureza corrente (78,45% do total da despesa) e 2.687.952 euros a despesas de capital (21,55% do total da despesa).

Comparativamente com o total orçado da despesa, que em 2016 se cifrou em 17.555.745 euros, o valor realizado representa uma taxa de execução orçamental de cerca de 71%.

4
 [Handwritten signatures and initials]

Atentando mais pormenorizadamente nos valores orçados dos agregados de natureza corrente e de capital, que se fixaram em 10.913.843 euros e 6.641.902 euros respetivamente, verifica-se um grau de execução orçamental da despesa corrente na ordem dos 89% e da despesa de capital de cerca de 40%.

Os principais agregados de despesa realizada a destacar são:

	Valor	%
● Despesas com o pessoal	4.731.773	37,93
● Aquisição de bens e serviços	3.757.586	30,12
● Investimentos	1.530.316	12,27

A presente análise, embora muito breve, permite apurar que a execução mais significativa ocorreu nas rubricas de receita.

O comportamento destas duas variáveis, receita e despesa, será analisado de forma mais aprofundada nos pontos seguintes deste relatório.

Saldo de gerência

O saldo orçamental a transitar para a gerência seguinte corresponde ao saldo da gerência anterior, acrescido do valor relativo à diferença entre todos os recebimentos e pagamentos ocorridos durante o exercício. O quadro seguinte apresenta uma síntese dos movimentos ocorridos:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	4.316.359,04
Total de receitas orçamentais brutas	15.812.351,94
Total de despesas orçamentais	12.474.563,86
Saldo orçamental para a gerência seguinte	7.654.147,12

2.2 – Execução patrimonial

Balanço

Em 2016, face ao ano anterior, verificou-se uma variação positiva de todas as massas patrimoniais incluídas no balanço, tendo o ativo líquido sofrido um aumento de 4,84% (3.772.801 euros), bem como o passivo e os fundos próprios que registaram um incremento de 13,03% (1.786.528 euros) e de 3,09% (1.986.272 euros), respetivamente.

Demonstração de resultados

Os proveitos e ganhos gerados no exercício em análise ascenderam a 14.435.964 euros e os custos e perdas incorridos a 14.188.808 euros, resultando, assim, num resultado líquido do exercício positivo de cerca de 247.155 euros, o que traduz a capacidade da autarquia em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos, e criar, ainda, margem para continuar a consolidar o Investimento.

Operações de tesouraria

No que respeita às operações de tesouraria obteve-se, no final do exercício, um saldo para a gerência seguinte de 559.814 euros. Aquele valor resultou do saldo transitado da gerência anterior de 625.973 euros e dos movimentos de entradas e saídas de operações de tesouraria, que totalizaram 1.105.949 euros e 1.172.108 euros, respetivamente.

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	625.973,31
Movimentos entrada de operações de tesouraria	1.105.949,26
Movimentos saída de operações de tesouraria	1.172.108,14
Saldo de operações de tesouraria para a gerência seguinte	559.814,43

Contas de ordem

O montante representado em contas de ordem, no final de exercício de 2016, é de 4.370.150 euros, apresentando o quadro seguinte os movimentos ocorridos ao longo do ano:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	4.553.415,65
Garantias e cauções prestadas	131.281,46
Garantias e cauções acionadas	23.730,31
Garantias e cauções devolvidas	290.816,21
Saldo de contas de ordem para a gerência seguinte	4.370.150,59

GH
Acel
A. C. C.
A. C. C.
A. C. C.
A. C. C.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'A. G. Silva', 'Cleir', and 'D. M.', along with a large 'M' at the bottom.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

3.1 – Orçamento global

O quadro n.º 1 apresenta uma breve síntese da execução orçamental do ano de 2016, contendo os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, bem como os respetivos desvios.

A análise dos dados apresentados permite avaliar a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução.

Quadro n.º 1
Execução do orçamento para o ano de 2016

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (c)	DESVIO (c) – (b)	TAXA DE EXECUÇÃO
	INICIAL (a)	FINAL (b)			
RECEITAS	17.555.745,00	21.872.105,04	20.077.846,73	-1.794.258,31	91,80%
Correntes	12.096.013,00	12.096.014,00	13.229.469,20	1.133.455,20	109,37%
Capital	5.459.731,00	5.459.731,00	2.527.459,13	-2.932.271,87	46,29%
Rep. não abat. nos pag.	1,00	1,00	4.559,36	4.558,36	455936,00%
Saldo gerência anterior		4.316.359,04	4.316.359,04	0,00	100,00%
DESPEASAS	17.555.745,00	17.555.745,00	12.474.563,86	-5.081.181,14	71,06%
Correntes	10.435.218,00	10.913.843,00	9.786.611,45	-1.127.231,55	89,67%
Capital	7.120.527,00	6.641.902,00	2.687.952,41	-3.953.949,59	40,47%

Do quadro acima apresentado, destacam-se, desde logo, as taxas de execução alcançadas ao nível das receitas e das despesas, de 91,80% e 71,06%, respetivamente, reveladoras do rigor orçamental na elaboração do orçamento, bem como do esforço realizado ao longo do ano económico para cumprimento dos objetivos propostos.

Do conjunto das receitas e despesas, correntes e de capital, podemos concluir que foram as de natureza corrente que mais contribuíram para o total do seu agregado, apresentando taxas de execução de 109,37% ao nível da receita, e de 89,67%, no que respeita a despesa.

O total da receita cobrada atingiu o montante de 20.077.846 euros, desagregando-se em 13.229.469 euros de receita corrente, 2.527.459 euros de capital e 4.320.918 euros de outras receitas, correspondendo estas últimas ao saldo da gerência anterior e às reposições não abatidas aos pagamentos.

A leitura do quadro anterior permite ainda concluir que as despesas correntes pagas ascenderam a 9.786.611 euros e as despesas de capital a 2.687.952 euros, circunstância que originou uma taxa de execução da despesa corrente de 89,67% e da despesa de capital de 40,47%.

A análise seguinte apresenta a evolução global das receitas e das despesas, observando o comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e de capital.

Quadro n.º 2
Evolução orçamental

DESIGNAÇÃO	2015	2016	Evolução %
RECEITAS	19.207.833,46	20.077.846,73	4,53
Correntes	11.918.721,48	13.229.469,20	11,00
Capital	2.925.098,01	2.527.459,13	-13,59
Outras Receitas	4.364.013,97	4.320.918,40	-0,99
DESPESAS	14.899.015,05	12.474.563,86	-16,27
Correntes	9.269.902,00	9.786.611,45	5,57
Capital	5.629.113,05	2.687.952,41	-52,25

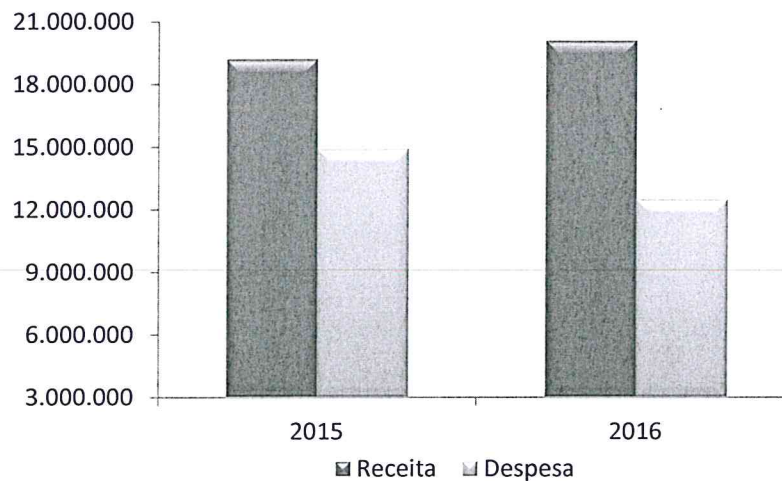
Comparando os valores do ano 2016 com os do período homólogo, observa-se um aumento de 870.013 euros no total da receita arrecadada, cerca de 4,5%, influenciado pela evolução positiva registada ao nível do agregado de receitas correntes.

No que se reporta ao total das despesas do município e comparativamente ao ano anterior, verificou-se um decréscimo de cerca de 16%. Tal facto resulta da conjugação

da evolução positiva verificada ao nível das despesas correntes (5,57%) e da evolução negativa ocorrida ao nível das despesas de capital (52,25%).

O gráfico a seguir apresentado evidencia a evolução verificada nos últimos dois anos:

Gráfico n.º 1
Evolução orçamental



3.2 – Orçamento da receita

Neste ponto será analisada a execução orçamental da receita, tendo por base a sua estrutura orçamental, evidenciando as principais rubricas, confrontando os valores previstos com os efetivamente arrecadados, e apresentando as necessárias justificações para os desvios verificados.

3.2.1 – Receitas correntes

O quadro n.º 3 permite analisar a receita corrente ao nível das suas diferentes componentes de natureza económica e o peso destas relativamente ao total cobrado.

Quadro n.º 3

Estrutura e execução das receitas correntes

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA	%	RECEITA	%	DESVIO	TAXA
		ORÇADA		COBRADA			EXECUÇÃO
							%
01	Impostos diretos	2.829.947,00	23,40	2.803.751,44	21,19	-26.195,56	99,07
02	Impostos indiretos	134.718,00	1,11	497.787,38	3,76	363.069,38	369,50
04	Taxas, multas e outras penalidades	164.198,00	1,36	137.867,34	1,04	-26.330,66	83,96
05	Rendimentos de propriedade	619.654,00	5,12	944.044,53	7,14	324.390,53	152,35
06	Transferências correntes	5.972.941,00	49,38	6.228.027,27	47,08	255.086,27	104,27
07	Venda de bens e serviços	2.374.551,00	19,63	2.592.546,63	19,60	217.995,63	109,18
08	Outras receitas correntes	5,00	0,00	25.444,61	0,19	25.439,61	508892,20
TOTAL		12.096.014,00	100,00	13.229.469,20	100,00	1.133.455,20	109,37

As receitas correntes, que são as que detêm maior impacto na receita total, atingiram um montante cobrado de 13.229.469 euros, correspondente a uma taxa de execução de cerca de 109%, que resulta da existência de taxas de execução superiores a 100% na maioria dos capítulos que compõem as receitas correntes.

Da análise às diversas rubricas económicas das receitas correntes, podemos verificar que são três os núcleos fundamentais deste grupo: as **transferências correntes** (47,08%), os **impostos diretos** (21,19%) e as **vendas de bens e serviços** (19,60%), que apresentam um peso estrutural no total da receita cobrada de cerca de 87%.

Com um peso de cerca de 47%, as **transferências correntes** correspondem ao capítulo que maior importância assume nas receitas de natureza corrente, sendo nele enquadrados os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida. Contemplam, assim, entre outras, as transferências provenientes do orçamento de estado, nomeadamente, o fundo de equilíbrio financeiro (FEF) e o fundo social municipal (FSM), bem como outras transferências, das quais se destacam as provenientes da transferência de competências em matéria de educação.

O capítulo dos **impostos diretos** que atingiu o valor cobrado de cerca de 2,8 milhões de euros, representando 21,19% do total da receita cobrada, inclui o produto de impostos cuja cobrança reverte para o município, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Único de Circulação (IUC), o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a Derrama.

A rubrica da **venda de bens e serviços** continua a assumir um papel preponderante no quadro das receitas correntes, uma vez que permitiu gerar um total de receita de mais de 2,5 milhões de euros, correspondente a 19,60% no total da receita cobrada. Esta circunstância reflete, pois, a importância dada pelo município ao desenvolvimento das suas competências e atividades, na prossecução do interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, nomeadamente no que respeita aos domínios sociais, económicos, culturais, educativos e desportivos.

3.2.2 – Receitas de capital

Quadro n.º 4

Estrutura e execução das receitas de capital

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXEC. %
09	Venda de bens investimento	400.004,00	7,33	203.050,60	8,04	-196.953,40	50,76
10	Transferências de capital	4.729.724,00	86,63	1.889.868,70	74,77	-2.839.855,30	39,96
11	Ativos financeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
13	Outras receitas de capital	330.001,00	6,04	434.539,83	17,19	104.538,83	131,68
TOTAL		5.459.731,00	100,00	2.527.459,13	100,00	-2.932.271,87	46,29

As receitas de capital, que são receitas que aumentam o ativo e ou o passivo financeiro ou reduzem o património duradouro da autarquia, alcançaram um montante total cobrado de cerca de 2,5 milhões de euros, no exercício de 2016, registando uma taxa de execução de 46,29%.

Do estudo do quadro n.º 4 salienta-se um núcleo fundamental correspondente ao capítulo das **transferências de capital** (74,77%). Será de acrescentar que neste capítulo

enquadram-se os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital, e ainda as receitas provenientes da união europeia para comparticipação de projetos cofinanciados. Nesta medida, destacam-se as transferências do orçamento de estado (FEF) e as de fundos comunitários, representando estas últimas cerca de 70% do total das transferências auferidas. De referir ainda que no exercício de 2016 não se concretizou a arrecadação de receitas provenientes da participação comunitária em três projetos cofinanciados, em regime de aprovação condicionada em *overbooking*, pelo QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, que justificam o desvio ocorrido neste capítulo.

Relativamente às **outras receitas de capital**, que representam 17,19% das receitas cobradas, verifica-se uma variação positiva de cerca de 100 mil euros face ao valor previsto, o que originou uma taxa de execução de 131,68%.

No que respeita ao capítulo **venda de bens de investimento**, onde estão englobadas as receitas provenientes da alienação de bens de capital e cuja taxa de execução foi de cerca de 50%, refira-se que a disparidade observada entre os valores orçados e cobrados, não pode ser imputada à falta de rigor na elaboração do orçamento de 2016, mas antes a circunstâncias muito concretas. Efetivamente, foram celebrados contratos promessa de compra e venda relativos a lotes da zona industrial da Bairrada/Pedrulha, cuja escritura final acabou por não se concretizar no exercício em análise.

3.3 – Orçamento da despesa

A despesa orçamental divide-se em dois grandes grupos, a despesa corrente e a despesa de capital. Nas despesas correntes têm enquadramento as despesas efetuadas de forma permanente para o normal funcionamento da autarquia. Refira-se que estas despesas estão diretamente relacionadas com os bens e serviços públicos prestados pelo município à comunidade. As despesas de capital, onde se enquadram as despesas de natureza não permanente, espelham, essencialmente, as escolhas municipais ao nível estratégico, que se refletem através dos investimentos efetuados.

A execução orçamental traduz os fluxos monetários associados aos custos incorridos no ano e aos investimentos executados.

O quadro n.º 5 apresenta a comparação entre os valores da despesa previstos e os efetivamente pagos, demonstrando, sucintamente, a forma de afetação dos recursos municipais disponíveis.

Quadro n.º 5
Estrutura e execução da despesa

CAPÍTULOS	DESPESA ORÇADA	%	DESPESA PAGA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
Despesas correntes	10.913.843,00	62,17	9.786.611,45	78,45	-1.127.231,55	89,67
01-Despesas pessoal	4.876.848,00	44,68	4.731.773,76	48,35	-145.074,24	97,03
02-Aquis. bens/serviços	4.485.400,65	41,10	3.757.586,08	38,40	-727.814,57	83,77
04-Transf. correntes	1.405.927,35	12,88	1.181.400,39	12,07	-224.526,96	84,03
06-Out. desp. correntes	145.667,00	1,34	115.851,22	1,18	-29.815,78	79,53
Despesas de capital	6.641.902,00	37,83	2.687.952,41	21,55	-3.953.949,59	40,47
07-Aquis. bens capital	4.172.034,00	62,81	1.530.316,75	56,93	-2.641.717,25	36,68
08-Transf. de capital	2.281.722,00	34,35	1.016.591,55	37,83	-1.265.130,45	44,55
09-Ativos financeiros	92.829,00	1,40	92.829,00	3,45	0,00	100,00
11-Out. desp. capital	95.317,00	1,44	48.215,11	1,79	-47.101,89	50,58
TOTAL	17.555.745,00	100,00	12.474.563,86	100,00	-5.081.181,14	71,06

No ano económico de 2016, as despesas totais pagas pelo município de Mealhada ascenderam a 12.474 milhares de euros, a que corresponde uma taxa de execução de cerca de 71%. Uma análise mais detalhada ao nível corrente e de capital será efetuada nos capítulos a seguir apresentados.

3.3.1 – Despesas correntes

A despesa paga ao nível corrente, que totalizou o montante de 9.786.611 euros, representa cerca de 78,45% do total dos pagamentos. Comparativamente com o valor orçado (10.913.843), as despesas correntes apresentam uma taxa de execução orçamental de cerca de 89%.

O agrupamento **despesas com pessoal**, que registou o maior consumo de recursos correntes no ano de 2016 (48,35%), reflete todas as espécies de remunerações

principais e de abonos acessórios, bem como as despesas que o município, enquanto entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus trabalhadores. De realçar que estão aqui refletidos os encargos anuais com o pessoal não docente das escolas do ensino básico (2º e 3º ciclos) mas também do ensino secundário, decorrentes do contrato interadministrativo de delegação de competências, na área da educação, assinado entre este Município e o Ministério da Educação. Realce-se que, ainda que este contrato tenha sido assinado no decorrer de 2015, a sua execução naquele ano correspondeu apenas a 4 meses.

No que respeita a execução orçamental da despesa corrente, destaca-se ainda a elevada taxa de execução registada no capítulo da **aquisição de bens e serviços** (83,77%). Comparativamente ao valor orçado, verifica-se um desvio, que em termos absolutos se traduz em 727.814 euros, representando cerca de 6,6% da despesa corrente orçada. Tal facto resulta da mais-valia associada à contratação centralizada de bens e serviços transversais ao município, que permite a otimização dos recursos afetos e consequentemente a redução dos custos associados, e reflete o esforço contínuo de racionalização da despesa com as compras públicas. Para uma melhor perceção do peso significativo desta componente, onde se incluem, de um modo geral, as despesas quer com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, quer com a aquisição de serviços, devem destacar-se, na leitura dos seus valores, os seguintes itens de despesas:

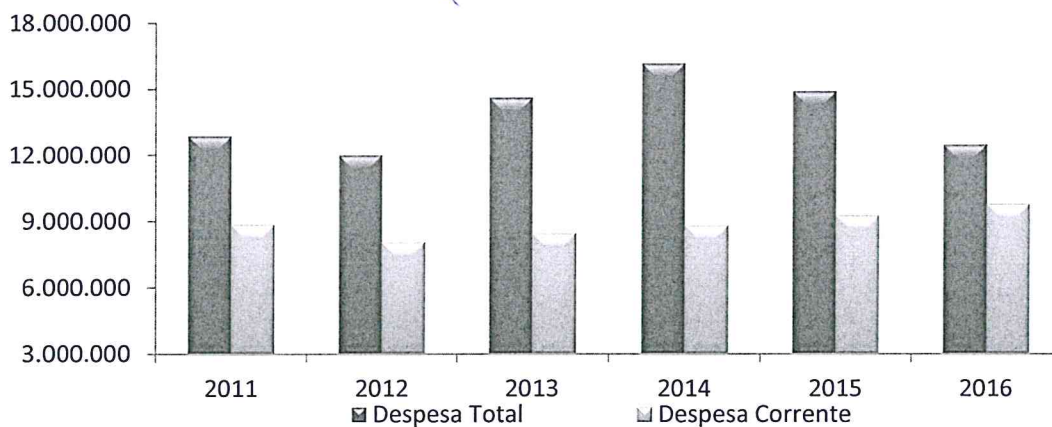
- ✓ Encargos de instalações, que inclui gastos com energia elétrica e gás: 1.065.534,88 euros;
- ✓ Aquisição de água para abastecimento público, à empresa Águas do Centro Litoral, SA: 338.463,63 euros;
- ✓ Transportes escolares: 254.662,75 euros;
- ✓ Programa de expansão e desenvolvimento no ensino pré-escolar e 1º ciclo: 238.909,86 euros;
- ✓ Deposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos (ERSUC): 187.074,95 euros;
- ✓ Festame: 147.782,87;
- ✓ Limpeza e higiene de instalações: 125.847,10
- ✓ Vigilância e segurança de instalações: 67.748,59.

Será, ainda, de salientar, da análise da estrutura das despesas correntes, o agrupamento **transferências correntes**, com cerca de 1,18 milhões de euros de despesa paga, que corresponde às importâncias entregues a organismos ou entidades para financiamento de despesas correntes, sem que tal implique, por parte da entidade recebedora, qualquer contraprestação direta para o município. São exemplo dessas transferências as efetuadas para as freguesias, para as associações culturais, recreativas e desportivas, bem como para o agrupamento de escolas da Mealhada (no âmbito do já referido contrato interadministrativo de delegação de competências), entre outras.

A evolução, nos últimos exercícios económicos, da despesa corrente e do seu peso nas despesas totais efetuadas pelo município, pode aferir-se no gráfico no n.º 2.

Gráfico n.º 2

Evolução despesa corrente



3.3.2 – Despesas de capital

No exercício de 2016, as despesas de capital pagas ascenderam a 2.687.952 euros, o que representa uma taxa de execução de 40,47% relativamente ao montante orçado.

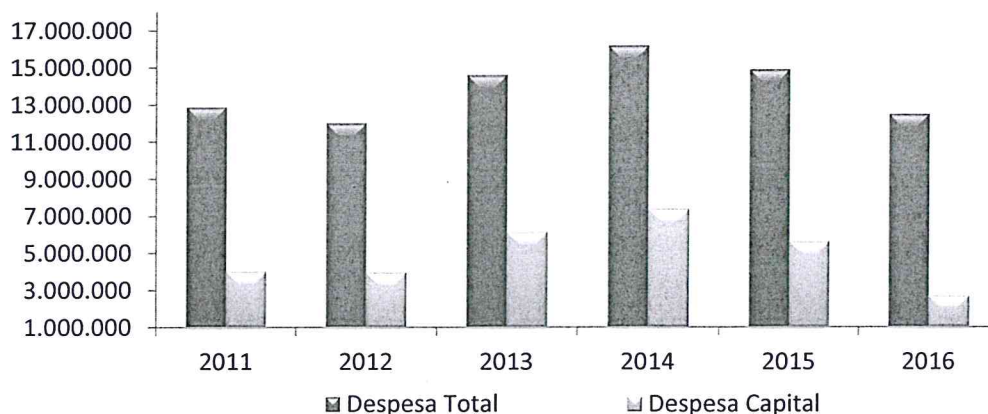
Do conjunto das despesas de capital, o capítulo mais representativo refere-se à **aquisição de bens de capital**, com um valor de 1.530.316 euros, representando 56,93% das despesas de capital pagas em 2016. Este capítulo engloba as despesas com a aquisição (e também com as grandes reparações) de bens que contribuem para a formação de “capital fixo”, isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, a aquisição de terrenos e a construção de edifícios e infraestruturas.

As **transferências de capital**, cujo peso nas despesas de capital pagas foi de 37,83%, totalizaram o valor de cerca de 1,01 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 44,55%. Este agrupamento reveste-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, destinando-se, contudo, a financiar despesas de capital das entidades receptoras, das quais se destacam as freguesias, com um total transferido de 576.710 euros, e instituições sem fins lucrativos do concelho, cujos valores transferidos atingiram os 429.742 euros.

A evolução, nos últimos exercícios económicos, da despesa capital e do seu peso nas despesas totais efetuadas pelo município, pode aferir-se no gráfico n.º 3.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' at the bottom.

Gráfico n.º 3
Evolução despesa capital



3.3.3 – Encargos assumidos e não pagos

Quadro n.º 6
Posição da despesa

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	FATURADA	PAGA	DÍVIDA	TAXA REALIZAÇÃO
Despesas correntes	10.913.843,00	9.786.611,45	9.786.611,45	0,00	100%
Despesas de capital	6.641.902,00	2.687.952,41	2.687.952,41	0,00	100%
Total	17.555.745,00	12.474.563,86	12.474.563,86	0,00	100%

Da análise do quadro n.º 6 salienta-se o facto de que os gastos incorridos e efetivamente pagos, no ano de 2016, corresponderam ao montante faturado no ano, a que corresponde uma taxa de realização da despesa de 100%, situação que ocorre neste município há vários anos sucessivos. Esta taxa de realização reflete a política contínua seguida pelo município em termos de cumprimento atempado das suas obrigações. Para além de se revelar uma boa estratégia nomeadamente no que respeita ao endividamento municipal, traduz-se num forte impulso ao desenvolvimento do tecido económico-social, não penalizando, assim, os agentes económicos que com este município estabelecem relações contratuais.

3.3.4 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis.

Ao longo do ano de 2016, o Município de Mealhada efetuou o cálculo mensal dos fundos disponíveis, sendo o respetivo valor sempre superior ao dos compromissos assumidos.

No que respeita ao cumprimento das disposições legais relativas aos pagamentos em atraso, definidos na alínea e) do artigo 3.º da referida lei, como *as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes*, também este foi atendido pelo município, uma vez que durante o exercício económico não se verificou a existência de dívidas por pagar vencidas há mais de 90 dias.

Sy
am
Clear
Staff
Auto
M

LIMITES LEGAIS

4 – ENDIVIDAMENTO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

4.1 – Endividamento

4.1.1 - Limite da dívida total

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), *a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades relevantes para efeitos do seu apuramento, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

Nestes termos, foi calculado o limite da dívida total para o município de Mealhada, para o ano 2016:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2013	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2014	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2015	MÉDIA (2013 a 2015)	LIMITE (2016) = 1,5 * MÉDIA (2013 a 2015)
13.073.185,88	11.113.508,74	11.918.721,48	12.035.138,70	18.052.708,05

4.1.2 – Apuramento da dívida total

Estabelece ainda o n.º 2 do artigo 52.º da citada lei que, *a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.*

Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídas, tal como já referido no ponto anterior, as dívidas de diversas entidades, de forma proporcional à participação do município nestas, tal como refere o artigo 54.º do mesmo diploma, nomeadamente, a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, a das entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, a das empresas locais e participadas e a das cooperativas e fundações.

Refira-se que, relativamente às empresas locais e participadas, a sua dívida só relevará em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.

No caso particular do Município de Mealhada, não existe qualquer dívida decorrente de operações orçamentais, no final do exercício económico em análise.

No que respeita às entidades a relevar para efeitos de apuramento do montante da dívida total, as respetivas contribuições para a dívida bruta municipal são:

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA BRUTA MUNICIPAL
Associação Nacional de Municípios Portugueses	263,70
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	255,43
Comunidade Intermunicipal da Região Coimbra	143,63
VALOR A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO DE MEALHADA	662,76

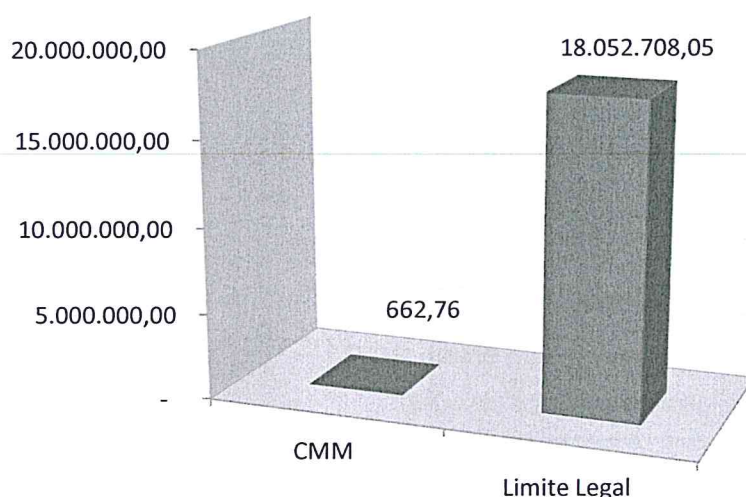
Ainda que o artigo 54.º da referida lei mencione as fundações como entidade relevante para efeito de limites da dívida total, este município considera não existir uma participação, direta ou indireta, na Fundação Mata do Bussaco, razão pela qual não a considera como entidade relevante.

O montante da dívida total, no final do exercício económico, relevante para o limite e considerando as entidades que por imposição legal contribuem para o seu apuramento, fixou-se em 662,76 euros.

Atendendo a que o limite da dívida para o ano de 2016 corresponde a 18.052.708,05 euros, e o valor da dívida total no final do exercício económico foi de 662,76 euros, verifica-se que o município de Mealhada cumpriu com rigor o regime de endividamento municipal, encontrando-se muito aquém do limite estipulado por lei.

Pela obrigatoriedade legal de inclusão, no cálculo da dívida total do município, dos valores da dívida das entidades relevantes acima mencionadas, consideraram-se, no respetivo apuramento, os dados disponibilizados por aquelas entidades, à data de elaboração do presente relatório. Saliente-se, porém, que, em alguns casos, aqueles dados não são ainda definitivos por não terem ocorrido, naquelas entidades, as assembleias de aprovação de contas.

Gráfico n.º 5
Situação face aos limites



4.1.3 – Margem de endividamento municipal

Estipula ainda o n.º 3 do artigo 52.º do RFALEI que sempre que um município cumpra o limite da dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1)	DÍVIDA TOTAL INÍCIO 2016 (2)	MARGEM DISPONÍVEL (3) = (1) - (2)	VALOR PARA NOVAS SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO (4) = (3) x 20%	MARGEM UTILIZÁVEL (5) = (2) + (4)
18.052.708,05	3.161,24	18.049.546,81	3.609.909,36	3.613.070,60

Atendendo a que a margem utilizável para novas situações de endividamento, que ocorressem durante o exercício de 2016, era de 3.613.070,60 e que a dívida total do

exercício se cifrou em 662,76, como atrás calculado, verifica-se o cumprimento desta imposição legal.

4.2 - Equilíbrio orçamental

No artigo 40.º do RFALEI, sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, prevê-se o seguinte:

“1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.”

RECEITAS CORRENTES BRUTAS	DESPESAS CORRENTES	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS MLP	REGRA DE EQUILÍBRIO
(1)	(2)	(3)	(1) ≥ (2) + (3)
13.280.333,45	9.786.611,45	0,00	3.493.722,00

Pelos valores acima elencados, verifica-se que, no exercício de 2016, foi cumprida a regra de equilíbrio orçamental estabelecida no RFALEI.

5 – ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

A análise económico-financeira que se apresenta neste capítulo sintetiza os resultados alcançados pelo Município, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 2016. O *core business* da autarquia está posicionado para a prestação de serviços e para a satisfação de necessidades dos munícipes, com o objetivo claro de uma melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações, contrariamente ao que acontece nas empresas onde o objetivo é o de maximização do valor.

Em virtude de tal circunstância, a análise dos dados e dos indicadores não deve descurar a atividade municipal e não ser, pois, restrita a aspetos unicamente económico-financeiros.

5.1 – Balanço

O balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício. Apresenta, por um lado, o ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o passivo e capital próprio que retratam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

BALANÇO			
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio público	31.479.112,95	Património	35.097.829,82
Imobilizações incorpóreas	164.054,93	Reservas	5.338.788,84
Imobilizações corpóreas	34.399.728,29	Resultados transitados	25.570.575,40
Investimentos financeiros	2.975.917,59	Resultado líquido do exercício	247.155,91
Circulante		Passivo	
Existências	143.336,82	Provisões para riscos e encargos	714.007,58
Dívidas de terceiros - curto prazo	3.601.441,61	Dívidas a terceiros - M/L prazo	371.312,94
Depósitos em inst. financ. e caixa	8.213.961,55	Dívidas a terceiros - curto prazo	657.974,49
Acréscimos e diferimentos	769.211,54	Acréscimos e diferimentos	13.749.120,30
Total do Ativo	81.746.765,28	Total dos F. Próprios + Passivo	81.746.765,28

O quadro anterior é elucidativo da importância que a rubrica imobilizado assume no total do ativo, representando cerca de 69 milhões de euros. É expressivo o valor dos bens de domínio público e das imobilizações corpóreas que, no seu conjunto, correspondem a 95,45% desta grandeza patrimonial.

Na estrutura do passivo destaca-se o baixo peso do endividamento, que representa apenas 1,26% do ativo, o que continua a vincar a independência financeira do Município de Mealhada.

O grau de autonomia financeira é bastante elevado, revelando que os fundos próprios financiam 81% do ativo, o que demonstra que a autarquia tem capacidade, com os seus fundos próprios, para assegurar as suas responsabilidades, sem ter de recorrer a capitais alheios.

Seguidamente proceder-se-á à análise da estrutura patrimonial da Autarquia no exercício de 2016, bem como da sua evolução face ao exercício de 2015.

Quadro n.º 7

Estrutura e evolução patrimonial da autarquia

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2015	PESO	BALANÇO 2016	PESO	VARIAÇÃO	%
Imobilizado	69.175.765,41	88,72	69.018.813,76	84,43	-156.951,65	-0,23
Existências	157.643,38	0,20	143.336,82	0,18	-14.306,56	-9,08
Dívidas de terceiros	3.032.314,79	3,89	3.601.441,61	4,41	569.126,82	18,77
Disponibilidades	4.942.332,35	6,34	8.213.961,55	10,05	3.271.629,20	66,20
Acréscimos e diferimentos	665.908,31	0,85	769.211,54	0,93	103.303,23	15,51
Ativo	77.973.964,24	100,00	81.746.765,28	100,00	3.772.801,04	4,84
Património	32.898.965,42	51,19	35.097.829,82	52,97	2.198.864,40	6,68
Reservas	5.340.519,98	8,31	5.338.788,84	8,06	-1.731,14	-0,03
Resultados	26.028.591,61	40,50	25.817.731,31	38,97	-210.860,30	-0,81
Fundos Próprios	64.268.077,01	100,00	66.254.349,97	100,00	1.986.272,96	3,09
Provisões	680.885,15	4,97	714.007,58	4,60	33.122,43	4,86
Dívidas a 3ºs m/l prazo	464.141,94	3,39	371.312,94	2,40	-92.829,00	-20,00
Dívidas a 3ºs c/ prazo	731.164,62	5,33	657.974,49	4,25	-73.190,13	-10,01
Acréscimos e diferimentos	11.829.695,52	86,31	13.749.120,30	88,75	1.919.424,78	16,23
Passivo	13.705.887,23	100,00	15.492.415,31	100,00	1.786.528,08	13,03

5.1.1 – Estrutura do ativo**5.1.1.1 – Ativo imobilizado**

No decorrer do exercício em apreciação, o imobilizado registou uma variação negativa de cerca de 157 mil euros, em relação ao valor registado no ano de 2015. Tal resulta, essencialmente, do efeito conjugado das variações ocorridas nas rubricas bens de domínio público e imobilizações corpóreas.

Nos bens de domínio público sobressai a diminuição de cerca de 2,3 milhões de euros, registada na rubrica outras construções e infraestruturas, a qual decorre, essencialmente, do registo das amortizações para esses bens:

Bens domínio público	Variação 2016/2015
451 Terrenos e recursos naturais	69.500,00
452 Edifícios	-49.289,05
453 Outras construções e infraestruturas	-2.362.653,91
445 Imobilizações em curso	183.189,87
TOTAL	-2.159.253,09

No que respeita às imobilizações corpóreas, a variação mais significativa ocorreu na rubrica edifícios e outras construções, a qual apresenta um aumento de cerca de 2,5 milhões de euros, decorrente do registo contabilístico de alguns bens, mais concretamente, a Piscina Municipal da Mealhada e o Pavilhão Municipal de Barcouço, que, por não terem regularizada a sua titularidade, não se encontravam ainda inventariados.

Imobilizações corpóreas	Variação 2016/2015
421 Terrenos e recursos naturais	225.342,12
422 Edifícios e outras construções	2.552.872,17
423 Equipamento básico	-36.998,81
424 Equipamento de transporte	-54.381,84
425 Ferramentas e utensílios	-1.207,61
426 Equipamento Administrativo	-68.390,12
429 Outras imobilizações corpóreas	17.016,78
442 Imobilizações em curso	-577.091,07
TOTAL	2.057.158,52

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' at the bottom.

Ainda no âmbito do ativo imobilizado, e mais especificamente no que respeita às partes de capital, refira-se que no exercício de 2016 se procedeu à dissolução, nos termos estatutários, da Associação Willuso, mediante deliberação do Conselho de Administração, e ainda ao reconhecimento da liquidação da entidade CoimbraVita – Agência de Desenvolvimento Regional, SA.

5.1.1.2 – Ativo circulante

O ativo circulante representa o valor das existências e bens destinados a consumo imediato, adquiridos, produzidos e armazenados pela autarquia, a 31 de dezembro de cada ano sujeito a análise. Representa também as dívidas a receber de terceiros, bem como o montante das disponibilidades e seus equivalentes detidos nesse mesmo ano. São valores que, em regra, permanecem, na instituição menos de um ano.

Esta componente registou, na sua globalidade, um aumento bastante significativo, rondando os 47%, o que em termos absolutos se traduz em mais 3.826.449 euros do que em 2015. Para este resultado muito contribuiu o incremento das disponibilidades, consubstanciado pelo aumento nos depósitos a prazo.

Quanto às dívidas de terceiros, o ano de 2016 encerrou com um aumento de 18,77% face a 31 de dezembro do ano de 2015. Este aumento registado resulta do efeito conjugado das variações ocorridas nas diferentes rubricas que compõem esta grandeza patrimonial. Contribuiu, especialmente, a rubrica devedores de transferências para as autarquias locais, respeitante ao reconhecimento de subsídios a receber de projetos cofinanciados por fundos comunitários, mais concretamente, a beneficiação da ETAR da Mealhada e a elaboração de cadastros das infraestruturas existentes nos sistemas, em baixa, de abastecimento de água e nos sistemas de águas residuais.

5.1.1.2 – Acréscimos e diferimentos

O balanço regista, tanto no ativo como no passivo, uma rubrica denominada acréscimos e diferimentos, que visa dar cumprimento ao princípio da especialização do exercício ou do acréscimo. Este princípio estabelece que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do período em que ocorram os fluxos financeiros

que lhes estão associados. Assim, os custos e os proveitos ficam inscritos nos exercícios respetivos, o que favorece uma adequada determinação do resultado económico, tornando mais apropriada a análise dos seus níveis de desempenho e da sua posição financeira ao longo dos sucessivos exercícios.

No exercício de 2016 verifica-se uma variação positiva de 15,51% relativamente ao ano anterior influenciada, fundamentalmente, pelo aumento do valor da rubrica acréscimos de proveitos. Este aumento resulta, essencialmente, da reflexão contabilística do valor relativo a juros de mora de IMI e IMT, referentes a períodos anteriores, mas cuja liquidação e cobrança só ocorreu no ano de 2017.

5.1.2 – Estrutura dos fundos próprios

Os Fundos Próprios apresentam um crescimento de 3,09% face ao ano anterior, que se deve, essencialmente, à alteração ocorrida na conta do património. Esta resulta da regularização da titularidade do imóvel Piscina Municipal da Mealhada, que possibilitou o seu registo predial no exercício de 2016, e consequente inventariação. O impacto financeiro desta correção reflete-se nesta massa patrimonial, dado que constitui uma regularização ao balanço inicial.

Nesta massa patrimonial importa, ainda, atender ao estabelecido nos pontos 2.7.3.1., 2.7.3.2., 2.7.3.3. e 2.7.3.4. do POCAL. Efetivamente, nos termos daqueles pontos os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 – Resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido para que a conta 51 – Património corresponda a 20% do ativo líquido.

Ora, dado que na atual situação, o valor registado naquela conta corresponde a 42,93% do ativo líquido, o Município não estará obrigado a reforçar a conta 51 – Património. Deverá, no entanto, e nos termos do ponto 2.7.3.5. do POCAL, constituir um reforço da conta 571 – Reservas legais, no valor de 12.357,80 euros, correspondente a um valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

4 A
C
C
C
C
C

5.1.3 – Estrutura do passivo

Debruçamos agora a nossa análise nas massas patrimoniais do passivo da autarquia. As provisões para riscos e encargos, que apresentam o valor de 714.007 euros, resultam da aplicação do princípio contabilístico da prudência e refletem encargos de ocorrência temporal incerta que o município poderá vir a suportar.

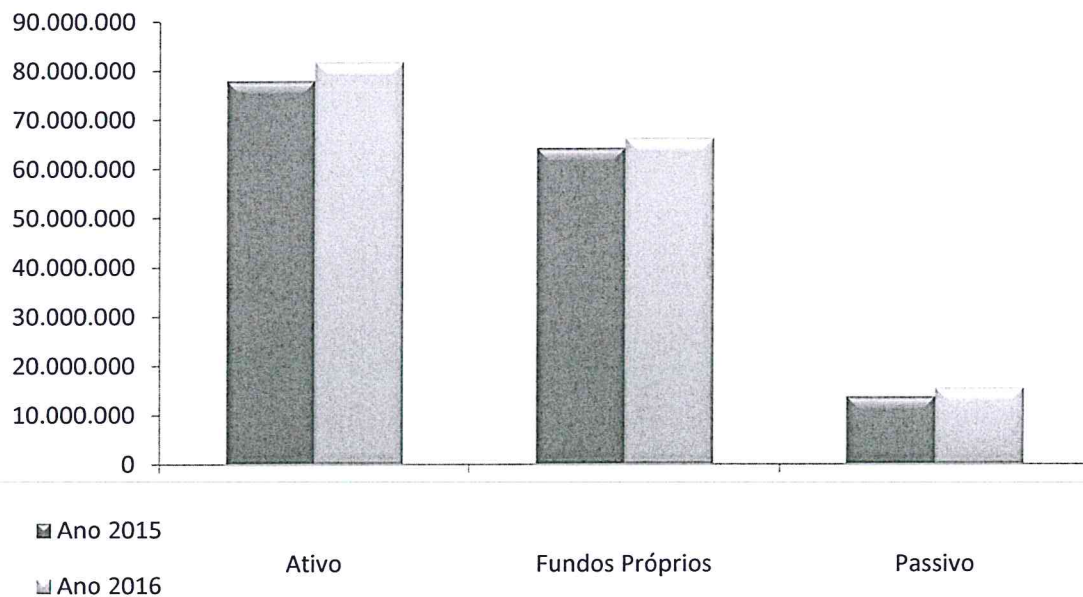
As dívidas a terceiros de médio e longo prazo diminuíram 92.829 euros, face ao ano anterior, fruto da transferência para dívida de curto prazo do valor anual, a pagar em 2017, relativo ao FAM (Fundo de Apoio Municipal).

O valor contabilizado no conjunto das dívidas a terceiros de curto prazo apresenta o montante de 657.974 euros. Saliente-se que apenas 92.829 euros respeitam ao valor anual do FAM, sendo que o restante não representa dívida efetiva do Município, na medida em que respeita a valores que estão na sua posse para posterior entrega a entidades terceiras, no que concerne aos impostos, e para fazer face a possíveis incumprimentos de contratos, nomeadamente de empreitadas de obras públicas, no que respeita às garantias ou cauções prestadas.

Analisando o comportamento da rubrica dos acréscimos e diferimentos que integram o passivo, verifica-se que os proveitos diferidos totalizaram o montante de 12.920.674 euros, registando assim uma variação positiva de 1.995.714 euros face ao ano anterior. Esta variação respeita a incentivos comunitários, atribuídos a título de subsídio no âmbito do POSEUR, para a realização da ampliação e beneficiação da ETAR da Mealhada e para a elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas, em baixa, de abastecimento de água e nos sistemas de águas residuais.

Em relação aos acréscimos de custos, que totalizam o montante de cerca de 828.445 euros, correspondem a custos relativos ao ano de 2016 e a reconhecer neste exercício mas cuja despesa só será realizada em 2017, nomeadamente direitos de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais dos funcionários do município.

Gráfico n.º 6
Evolução patrimonial da autarquia
2015/2016



5.2 – Demonstração de resultados

A Demonstração de Resultados (DR) é um mapa contabilístico dinâmico, que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, apurado segundo o princípio contabilístico previsto no POCAL. Este apuramento resulta da confrontação dos proveitos e ganhos com os custos e perdas apurados, aferindo assim o grau de eficiência económica atingido pela autarquia, permitindo simultaneamente, estabelecer comparações quantitativas com o exercício económico transato.

Numa primeira análise a este mapa pode, desde logo, verificar-se que estamos perante um resultado líquido positivo. Com efeito, ocorreu uma variação positiva de cerca de 1,19 milhões de euros comparativamente a 2015, onde o resultado líquido do exercício se havia cifrado nos 949.595 mil euros negativos.

O quadro seguinte apresenta a estrutura de custos e proveitos do município, bem como a evolução dos mesmos face ao ano económico transato.

Quadro n.º 8

Estrutura e evolução de custos e proveitos da DR

DESCRIÇÃO	2015	PESO	2016	PESO	VARIAÇÃO	%
CMVMC	202 421,49	1,42	139 457,35	0,98	-62 964,14	-31,11
Fornecimentos e serviços externos	3 632 202,24	25,50	3 762 014,65	26,51	129 812,41	3,57
Custos com pessoal	4 695 527,77	32,97	4 693 924,14	33,08	-1 603,63	-0,03
Trans. subs. correntes concedidos	917 814,03	6,45	1 176 934,27	8,30	259 120,24	28,23
Amortizações do exercício	3 383 623,92	23,76	3 318 417,29	23,39	-65 206,63	-1,93
Provisões do exercício	247 567,27	1,74	52 138,75	0,37	-195 428,52	-78,94
Outros custos e perdas operacionais	75,35	0,00	37,12	0,00	-38,23	-50,74
Custos e perdas financeiros	123 719,43	0,87	8 967,51	0,06	-114 751,92	-92,75
Custos e perdas extraordinários	1 038 202,62	7,29	1 036 917,23	7,31	-1 285,39	-0,12
Total dos custos	14 241 154,12	100,00	14 188 808,31	100,00	-52 345,81	-0,37
Vendas e prestações de serviços	2 233 913,72	16,81	2 506 003,07	17,36	272 089,35	12,18
Impostos e taxas	3 450 334,57	25,96	3 211 310,74	22,25	-239 023,83	-6,93
Transferências e subsídios obtidos	6 058 146,36	45,57	6 753 540,54	46,78	695 394,18	11,48
Outros prov. e ganhos operacionais	4 729,16	0,04	2 518,25	0,02	-2 210,91	-46,75
Proveitos e ganhos financeiros	1 054 338,27	7,93	1 377 759,48	9,54	323 421,21	30,68
Proveitos e ganhos extraordinários	490 096,43	3,69	584 832,14	4,05	94 735,71	19,33
Total dos proveitos	13 291 558,51	100,00	14 435 964,22	100,00	1 144 405,71	8,61
Resultado Líquido do Exercício	-949 595,61		247 155,91		1 196 751,52	126,03

Um estudo mais detalhado permite observar um acréscimo dos proveitos de 8,61%, face ao ano anterior, e em contrapartida, um decréscimo de 0,37 % relativamente ao total dos custos.

Começando a análise pelos custos, constata-se que os **custos com pessoal** e com **fornecimentos e serviços externos** compõem de forma maioritária (33,08% e 26,51% respetivamente) o total dos custos do exercício económico. Estas duas rubricas apresentam, contudo, comportamentos opostos quando considerada a sua variação relativamente ao exercício anterior, sendo mais expressiva a variação positiva ocorrida nos fornecimentos e serviços externos, que representa 3,57% relativamente ao ano anterior.

Na rubrica de **fornecimentos e serviços externos** são registados todos os custos correntes diretamente relacionados com despesas objetos de subcontratação tais como: eletricidade, combustíveis, água, conservação e reparação, trabalhos

especializados, refeições escolares, transportes escolares, assistência técnica, encargos de cobrança, bem como os custos associados a atividades culturais e turísticas. Para a variação de 3,57% concorre o acréscimo verificado na rubrica de trabalhos especializados (cerca de 116 mil euros).

Relativamente à rubrica de **transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais**, verifica-se uma variação positiva de 28,23%. O incremento registado nesta rubrica, em cerca de 259 mil euros, está relacionado, essencialmente, com o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na área da Educação, já mencionado neste relatório.

Ainda no que concerne aos custos, e atendendo ao decréscimo já referido, é de realçar a variação negativa relativamente ao ano anterior, dos **custos e perdas financeiros**. Esta variação prende-se com a criação de uma provisão para partes de capital, em 2015, relativa à participação do município no capital social da Escola Profissional da Mealhada, Lda.

Quanto aos proveitos e ganhos verifica-se, de uma forma geral, uma variação positiva em todas as rubricas que os compõem. O aumento ocorrido, em cerca de 1,14 milhões de euros, deve-se, essencialmente, à variação positiva ocorrida nas rubricas de **proveitos financeiros** (30,68%), **proveitos e ganhos extraordinários** (19,33%), **vendas e prestações de serviços** (12,18%) e **transferências e subsídios obtidos** (11,48%).

A variação positiva, na ordem dos 323 mil euros, na rubrica **proveitos financeiros** reflete, essencialmente, o proveito decorrente da participação na empresa ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA, resultante da distribuição de bens sociais da mesma.

No que respeita aos **proveitos e ganhos extraordinários**, o aumento ocorrido respeita essencialmente, à anulação da provisão, criada em 2015, para partes de capital, relacionada com a participação do município no capital social da Escola Profissional da Mealhada, Lda.

A componente relativa às **transferências e subsídios obtidos** regista as transferências correntes e de capital a que o município tem direito. O aumento face ao ano anterior deve-se, sobretudo, à comparticipação financeira relativa ao contrato interadministrativo de delegação de competências, na área da educação, assinado entre este Município e o Ministério da Educação.

O mapa seguinte apresenta a comparação, com o período homólogo, dos resultados alcançados pelo município de Mealhada.

RESULTADOS	2015	2016
Resultados operacionais (A)	-1.332.108,26	-669.550,97
Resultados financeiros (B)	930.618,84	1.368.791,97
Resultados correntes (A) + (B)	-401.489,42	699.241,00
Resultados extraordinários (C)	-548.106,19	-452.085,09
Resultado líquido do exercício (A) + (B) + (C)	-949.595,61	247.155,91

O resultado operacional apurado, apesar de negativo, num montante de cerca de 669 mil euros, representa uma variação positiva na ordem dos 49,74% face ao exercício de 2015, refletindo assim uma otimização de custos do exercício diretamente relacionados com a atividade corrente do município face aos proveitos registados no mesmo período.

Os resultados financeiros registaram uma variação positiva na ordem dos 438 mil euros, que está, essencialmente, associada ao aumento dos ganhos contabilísticos do município com a participação na empresa ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA, resultantes da distribuição de bens sociais da mesma, conforme referido anteriormente.

Já no que respeita aos resultados extraordinários e ainda que apresentando um valor negativo, a sua variação, face ao período homólogo, é pouco significativa. Tal como já referido em relatórios anteriores, no resultado extraordinário não estão a ser balanceadas variáveis comparáveis, na medida em que nos custos e perdas extraordinárias estão contabilizadas transferências de capital concedidas, enquanto que

§ 4

os proveitos e ganhos extraordinários não refletem todas as transferências de capital obtidas.

Por fim, no período em análise e tal como iniciámos por referir, verificou-se um resultado líquido de 247.155 euros, que se traduz num aumento de 126,03 % face ao ano de 2015.

Carla
Clara
~~Clara~~
Clara
M

A
GA
JUL
Clem
~~DA~~
D
M

RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

6 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS**6.1 – Rácios orçamentais**

INDICADORES DA DESPESA		2016 %	2015 %
Grau de cobertura global das despesas	$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}} \times 100$	160,95	128,92
Grau de cobertura global das despesas sem recurso a crédito	$\frac{\text{Receita total} - \text{passivos financeiros}}{\text{Despesa total}} \times 100$	160,95	128,92
Grau de cobertura da despesa total pelos recursos locais	$\frac{\text{Recursos locais}}{\text{Despesa total}} \times 100$	48,35	38,37
Peso das despesas com pessoal na despesa total	$\frac{\text{Despesas com pessoal}}{\text{Despesa total}} \times 100$	37,93	30,81
Peso dos passivos financeiros na despesa total	$\frac{\text{Passivos financeiros}}{\text{Despesa total}} \times 100$	0,00	0,00
Peso das despesas correntes na despesa total	$\frac{\text{Despesas correntes}}{\text{Despesa total}} \times 100$	78,45	62,22
Peso das despesas de capital na despesa total	$\frac{\text{Despesas capital}}{\text{Despesa total}} \times 100$	21,55	37,78
Peso do investimento na despesa total	$\frac{\text{Investimento}}{\text{Despesa total}} \times 100$	12,27	30,31

INDICADORES DA RECEITA			2016 %	2015 %
Peso dos recursos locais na receita total	$\frac{\text{Recursos locais}}{\text{Receita total}} \times 100$		30,04	29,76
Peso das transferências comunitárias na receita total	$\frac{\text{Transferências comunitárias}}{\text{Receita total}} \times 100$		6,68	9,93
Peso dos impostos diretos na receita total	$\frac{\text{Impostos diretos}}{\text{Receita total}} \times 100$		13,96	15,90
Peso dos impostos indiretos na receita total	$\frac{\text{Impostos indiretos}}{\text{Receita total}} \times 100$		2,48	0,58
Peso das transferências da administração central na receita total	$\frac{\text{Transf. Adm. Central}}{\text{Receita total}} \times 100$		40,33	41,67

6.2 – Rácios financeiros

INDICADORES		2016	2015
Liquidez geral	Ativo circulante	18,18	11,12
	Passivo circulante		

Capacidade do município em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo.

Liquidez reduzida	Ativo circulante - existências	17,96	10,91
	Passivo circulante		

Idêntico ao anterior, sem o valor das existências.

Liquidez imediata	Disponibilidades	12,48	6,76
	Passivo circulante		

Idêntico à liquidez geral, considerando apenas as disponibilidades.

Solvabilidade total	Fundos próprios	4,28	4,69
	Passivo		

Capacidade do município em satisfazer os compromissos com terceiros.

Autonomia financeira	Fundos próprios	0,81	0,82
	Ativo		

Independência do município face a capitais alheios.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

C

C

7 – RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3 e 2.7.3.4. do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício e após aprovação de contas, para a conta 59 – resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido de forma a que a conta 51 – património corresponda a 20% do ativo líquido.

Ora, dado que na atual situação o valor registado naquela conta corresponde a 42,93% do ativo líquido, a Autarquia não está obrigada a reforçar a referida conta. Deverá, no entanto, e nos termos do ponto 2.7.3.5. do POCAL, constituir um reforço da conta 57.1 – Reservas Legais, correspondente a um valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Uma vez que o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2016 foi de 247.155,91 euros, **propõe-se** que seja constituída uma Reserva Legal no valor de 12.357,80 euros, e que o remanescente de 234.798,11 euros seja mantido na conta de Resultados Transitados

Em conformidade com o previsto no ponto 2.7.3.1 do POCAL, deve a presente proposta, após aprovação da Câmara Municipal, ser submetida à deliberação da Assembleia Municipal.

H
C
C
C
C
C
C
C
C

Handwritten signature

Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

94
Cid
Cecilia
Dante
Dante
M

8 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas ao balanço e à demonstração de resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas, exigidas no ponto 2.4 do POCAL e na Resolução n.º4/2001, do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base de continuidade das operações. Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade.

8.1 – Caracterização da entidade

Para complemento da informação sobre o município, anexa-se o mapa **caracterização da entidade**.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.3 - Critérios valorimétricos aplicados

Imobilizado

- a) O imobilizado é valorizado pelo custo de aquisição ou de produção;
- b) O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

Os autos de receção provisória de 2016 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respetivas contas de imobilizações corpóreas; do imobilizado em curso constam infraestruturas que já se encontram

em funcionamento, no montante de 11.950,243,38 euros, mas por aguardarem o seu registo na conservatória, não foram ainda transitadas para imobilizado definitivo e conseqüentemente não estão a ser praticadas as respetivas amortizações.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, que compreende todas as despesas acessórias relativas à compra. Como método de valorização das saídas de armazém é utilizado o custo médio ponderado.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

As disponibilidades em caixa e os depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Amortizações

As amortizações foram calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril.

Provisões

- a) As provisões para cobrança duvidosa correspondem aos montantes anuais em dívida de terceiros, que se encontram em mora e cujo risco de cobrança está devidamente justificado por se tratar de processos de execução fiscal e de processos judiciais.

Correspondem ainda às dívidas de terceiros não respeitantes a execuções fiscais, que se encontram em mora há mais de seis meses e cuja incobabilidade se encontra devidamente justificada. Estas provisões são referentes a 50% do valor das dívidas em mora entre 6 e 12 meses e a 100% do valor das dívidas em mora há mais de 1 ano.

- b) As provisões para riscos e encargos representam o montante da indemnização ou encargo, que o município prevê suportar, relativamente aos processos judiciais em curso e outros riscos;
- c) As provisões para investimentos financeiros registam as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras do município e o correspondente valor nos capitais próprios das entidades participadas.

8.2.6 – Comentário à conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”

Esta conta engloba as despesas com estudos relacionados com a caracterização de diversos elementos físicos e sociais do Concelho, tendo em vista o desenvolvimento das diferentes políticas a eles associadas, nomeadamente:

- Elaboração do modelo de organização de atividades económicas do Concelho de Mealhada;
- Plano de pormenor da área de localização empresarial de Barrô;
- Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios;
- Plano municipal de emergência de proteção civil;
- Agenda 21 local;
- Criação de imagem institucional;
- Estudo de definição física e funcional do Centro de Interpretação Ambiental;
- Revisão do plano diretor municipal;
- Revisão da Carta Educativa do Município.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Jorge', 'Ana', 'Alex', 'Sara', 'Cristina', and 'M']

8.2.7 / 8.2.8 – Movimentos ocorridos e desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações e provisões

O mapa **ativo bruto**, que se encontra em anexo, resume os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço. Este mapa reflete as aquisições do exercício, as transferências de imobilizações em curso para as respetivas contas de imobilizado e os abates decorrentes da verificação física periódica dos bens móveis.

Saliente-se que os valores constantes do ativo imobilizado continuam aquém dos valores reais, uma vez que, conforme será explicitado na nota 8.2.14, alguns bens, propriedade do município, não foram ainda objeto de inventariação, pelo que o balanço não reflete os respetivos valores.

O mapa das **amortizações e provisões** é o que consta em anexo.

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A inventariação de todos os bens móveis, imóveis e veículos deste município foi efetuada pelos próprios serviços municipais.

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, os bens constitutivos do património do município são apenas aqueles que estejam registados na competente conservatória, à data de elaboração do presente relatório e contas, encontram-se por inventariar um conjunto de bens relativamente aos quais não foi ainda possível dar cumprimento aos requisitos necessários à regularização da sua titularidade, nomeadamente ao seu registo predial.

Apresenta-se de seguida, a lista dos bens que, por impossibilidade de registo, não foi possível valorizar, bem como a respetiva justificação e avaliação global.

- **Pavilhão gimnodesportivo, piscina, cafetaria varanda do lago e campos de ténis em Luso;**
- **Pavilhão gimnodesportivo, escola profissional Vasconcellos Lebre em Mealhada;**

A impossibilidade de registo deve-se à falta de operação de loteamento para o local, como possível solução para individualização jurídica dos prédios onde se encontram implantados os referidos edifícios.

Avaliação global: **5.635.270,50 euros**

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Em conformidade com o estipulado no POCAL e nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o CIBE, os bens do domínio público que não estão sujeitos a amortização, são os terrenos e recursos naturais. Estes bens encontram-se classificados na conta patrimonial 451 – Terrenos e recursos naturais e não foram objeto de amortização.

8.2.16 - Entidades participadas societárias e não societárias

DENOMINAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ANO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA	Coimbra	8,34%	61.941.944	2.010.199	2015
Escola Profissional da Mealhada, Lda	Mealhada	44,10%	320.893,25	2.348,69	2015
WRC, SA	Curia	0,36%	561.132,06	-131.711,07	2015
Águas do Centro Litoral, SA	Coimbra	0,52%	86.805.945,70	3.813.844,98	2015
Associação Coimbra Região Digital (1)	Coimbra	6,06%	-265.111,71	-179.187,03	2011
Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	---	1.965.144,17	111.658,90	2015
Centro Serviços Ambiente – CESAB	Mealhada	---	986.313,87	-37.634,32	2015
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede	---	2.505.493,51	114.331,68	2015
Associação Municípios Portugueses do Vinho (2)	Cartaxo	---	NA	NA	
Associação Maravilhas da Mealhada	Mealhada	---	11.505,07	-2.392,62	2015
Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra	Coimbra	---	1.608.699,58	-89.344,43	2015
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção – IteCons	Coimbra	1,11%	7.511.707,73	11.315,35	2015
AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Miranda do Corvo	---	30.053,91	-11.746,64	2015
Associação Caminhos de Fátima (3)	Fátima	---			

(1) À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao correto preenchimento relativo ao exercício 2016

(2) POCAL-Regime simplificado

(3) À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao correto preenchimento relativo ao exercício 2016, ano de início de atividade

8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
2181	Cobranças em atraso	168.533,66	25.964,29	70.820,67	123.677,28
2182	Cobranças em litígio	47.101,56	0,00	0,00	47.101,56
	Total	215.635,22	25.964,29	70.820,67	170.778,84

8.2.26 – Contas de ordem

As garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2016 constam do mapa em anexo.

8.2.27 – Provisões acumuladas

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	204.221,27	19.016,32	59.473,02	163.764,57
292	Provisões para riscos e encargos	680.885,15	869.413,88	836.291,45	714.007,58
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	149.936,63	486,76	47.657,39	102.766,00
	Total	1.035.043,05	888.916,96	943.421,86	980.538,15

8.2.28 - Fundo patrimonial

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 – Património	32.898.965,42	2.284.534,44	85.670,04	35.097.829,82
571 – Reservas Legais	1.495.606,77	0,00	0,00	1.495.606,77
575 - Subsídios	404.646,47	34.000,00	35.731,14	402.915,33
576 - Doações	2.519.975,32	0,00	0,00	2.519.975,32
577 – Reservas Transf. Ativos	920.291,42	0,00	0,00	920.291,42
59 – Resultados Transitados	26.978.187,22	65.026,29	1.472.638,11	25.570.575,40

Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas. No exercício de 2016, o mapa supra apresentado ilustra as alterações ocorridas nesta conta, que decorre do registo contabilístico do imóvel Piscina Municipal da Mealhada, que, por não ter regularizada a sua titularidade, não se encontrava ainda inventariada.

Reservas

No balanço, este agregado encontra-se subdividido da seguinte forma:

- **571 – Reservas legais** - No exercício de 2016, não se verificou qualquer alteração uma vez que não foi constituída reserva;
- **575 – Subsídios** – O exercício de 2016 registou um aumento de 34.000 euros que corresponde à verba atribuída no âmbito do Fundo de Coesão, relativa à obra de beneficiação da ETAR da Mealhada, e uma diminuição de 35.731 euros relativa a valores aprovados em fase de candidatura ao QREN, mas que, no âmbito do encerramento dos processos de candidaturas e decisão final de projeto, foram considerados não elegíveis. Referem-se ao centro educativo da Pampilhosa, à requalificação urbana da vila do Luso e ao posto de turismo e loja das 4 maravilhas da Mealhada;
- **576 – Doações** - No exercício de 2016, não se verificou qualquer alteração;

- **577 - Reservas decorrentes de transferência de ativos** - No exercício de 2016, não se verificou qualquer alteração, uma vez que não foi constituída reserva.

Resultados transitados

Ao nível dos resultados transitados, verificou-se uma variação negativa de 1.407.611,82 euros.

As diminuições ocorridas tiveram origem nos seguintes movimentos:

- a) Transição do resultado líquido do exercício de 2015 (949.595,61);
- b) Lançamento de amortizações, relativas a anos anteriores (453.492,62);
- c) Correção dos proveitos reconhecidos em exercícios anteriores, referente às verbas aprovadas de projetos cofinanciados (30.449,79);
- d) Regularizações relativas a anos anteriores, nomeadamente acerto do custo reconhecido relativo ao SNS e do proveito reconhecido referente à comparticipação do município de Mortágua na realização da empreitada de “Reabilitação de pavimentos na EX EN 234-A entre o Buçaco e a Cruz Alta”, no seguimento de cálculo de revisão de preços negativa (39.100,09).

Os aumentos registados resultaram das seguintes situações:

- a) Regularização relativa à contabilização de proveitos, referentes a projetos cofinanciados (Pavilhão Municipal de Barcouço), cujos custos relativos a amortizações ocorreram em exercícios anteriores (10.370,70);
- b) Regularizações relativas às comparticipações do Ministério da Educação, no âmbito das atividades de animação e apoio à família e das atividades de enriquecimento curricular, e relativas a juros de depósito a prazo (54.655,59).

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'G', 'L', 'M', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa em anexo.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros

Os custos e perdas, proveitos e ganhos financeiros ocorridos no exercício de 2016 constam do mapa em anexo.

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Os custos e perdas, proveitos e ganhos extraordinários ocorridos no exercício de 2016 constam do mapa em anexo.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Anexos

Acuto *Quinta* *Clara* *M. Cur*

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1
-----------------------------------	------------

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Câmara Municipal de Mealhada	8.1.1
--	--------------

1.1 ENDEREÇO POSTAL: 3054-001 MEALHADA	
Telefone: 231200980	Telefax: 231203618
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506792382	

1.2 NÚMERO DE ELEITORES		
Município	Até 10 000 _____	<input type="checkbox"/>
	Mais de 10 000 e menos de 40 000 _____	<input checked="" type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 40 000 _____	<input type="checkbox"/>
FONTE: Censos 2011		

2 LEGISLAÇÃO	8.1.2
Data de constituição ___ / ___ / ___ publicada no D.R. de <u>06 /12 /1836</u>	

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados? <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N	
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____	

3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS	
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais? <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> N	
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____	

3.3 ORGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva? _____	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> N
Tem órgãos de fiscalização? _____	<input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> N

3.4 ORGANOGRAMA	
Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou	

4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4
Prossecução de interesses públicos, nomeadamente ao nível da promoção do desenvolvimento social, salubridade pública e do saneamento, da protecção do meio ambiente, da cultura, desporto, educação e do ordenamento do território e urbanismo, etc	

5 RECURSOS HUMANOS	8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO	
Presidente <u>Rui Manuel Leal Marqueiro</u>	Área Financeira, Área Administrativa e Jurídica Cultura Protecção Civil Património Municipal Fundos Comunitários
Vice-Presidente <u>Guilherme José Campos Duarte</u> Vereador <u>José Carlos Calhoa Morais</u> Vereador <u>Arminda de Oliveira Martins</u> Vereador <u>João José Seabra Pereira</u> Vereador <u>Gonçalo Nuno Vigário Santos Louzada</u> Período de 01/01/2016 a 05/12/2016	Pelouro <u>Desporto/Educação</u> <u>Ambiente e Espaços Verdes</u> <u>Ação Social/Obras Municipais</u> Sem Pelouro Sem Pelouro
Vereador <u>Marlene Isabel Duarte Lopes</u> Período de 05/12/2016 a 31/12/2016	Sem Pelouro
Vereador <u>Hugo André Afonso Alves Silva</u>	Sem Pelouro

5.2 NÚMERO DE VEREADORES

A Tempo Inteiro _____
 A meio tempo _____
 Restantes vereadores _____

3
3

[Handwritten signatures and initials]

1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO

Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA (AIRC)

2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES

DOCUMENTADAS

S X

PERIODICIDADE

TRIMESTRAL

SEMESTRAL

3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA

S X

OUTRAS INFORMAÇÕES

7 OUTRA INFORMAÇÃO

8.1.7

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	17-04-2003	29-04-2003		
NORMAS CONTROLO INTERNO	08-04-2002		19-01-2015	
BALANÇO INICIAL	17-04-2003	29-04-2003	09-04-2009	30-04-2009
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

ENTIDADE	ANOS DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	N - 1	N - 2	N - 3
Inspecção Geral Finanças				
Inspecção Geral da Administração do Território				

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data da Aprovação pelo Órgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	14-12-2015	28-12-2015	
Orçamento	14-12-2015	28-12-2015	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

7.4 Quota parte de amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos por AM's e EPM's

Sem valor

8 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

FUNDOS ATRIBUÍDOS AO MUNICÍPIO	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
FEF	4.049.205,00	449.912,00	4.499.117,00
FSM	337.670,00		337.670,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Participação no IRS			0,00
DESPESAS DE INVESTIMENTO NO ANO ANTERIOR AO DA GERÊNCIA EM APRECIÇÃO			4.516.283,70

Município de Mealhada

Ano: 2016

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	1 872 533,47	0,00	69 500,00	0,00	0,00	1 942 033,47
452 Edifícios	1 006 964,99	0,00	1 400,36	0,00	0,00	1 008 365,35
453 Outras construções e infraestruturas	65 305 841,83	-163,44	18 072,34	0,00	137 768,22	65 461 618,95
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	1 940 242,04	612,09	221 176,42	0,00	-129 066,58	2 032 963,97
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70 125 682,33	448,65	310 148,12	0,00	8 701,64	70 444 981,74
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	529 330,33	0,00	0,00	0,00	20 910,00	550 240,33
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	0,00	0,00	59 362,88	0,00	-20 910,00	38 452,88
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	529 330,33	0,00	59 362,88	0,00	0,00	588 693,21
421 Terrenos e recursos naturais	4 831 682,41	0,00	255 451,00	0,00	-103 706,98	4 983 426,43
422 Edifícios e outras construções	15 719 737,25	2 284 534,44	34 530,90	0,00	1 078 709,67	19 117 512,26
423 Equipamento básico	2 347 587,81	0,00	115 932,81	0,00	-3 701,64	2 459 818,98
424 Equipamento de transporte	1 623 889,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1 623 889,59
425 Ferramentas e utensílios	35 614,45	0,00	577,86	0,00	0,00	36 192,31
426 Equipamento administrativo	2 477 893,35	0,00	36 301,22	0,00	-19 435,16	2 494 759,41
427 Tarefas e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	563 487,84	0,00	4 000,00	0,00	0,00	587 487,84
442 Imobilizações em curso	13 394 804,83	0,00	502 009,24	0,00	-1 078 709,67	12 818 104,40
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	41 014 697,53	2 284 534,44	948 803,03	0,00	-126 843,78	44 121 191,22
411 Partes de capital	1 874 883,43	0,00	0,00	0,00	-25 485,00	1 849 398,43
412 Obrigações e títulos de participação	649 789,94	0,00	0,00	0,00	0,00	649 789,94
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	786 660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786 660,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3 311 343,37	0,00	0,00	0,00	-25 485,00	3 285 858,37

Município de Mealhada

Amortizações e Provisões

Ano: 2016

Até à data: 31/12/2016

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público 485				
Terrenos e recursos naturais 4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios 4852	586 281,48	50 689,41	0,00	636 970,89
Outras construções e infraestruturas 4853	35 901 034,81	2 512 643,25	-2 941,65	38 416 619,71
Bens do património histórico, artístico e cultural 4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público 4859	0,00	0,00	0,00	0,00
	36 487 316,29	2 563 332,66	-2 941,65	39 053 590,60
De Imobilizações incorpóreas 483				
Despesas de instalação 4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento 4832	297 039,82	127 598,46	0,00	424 638,28
Propriedade industrial e outros direitos 4833	0,00	0,00	0,00	0,00
	297 039,82	127 598,46	0,00	424 638,28
De Imobilizações Corpóreas 482				
Terrenos e recursos naturais 4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções 4822				
Edifícios 48221	2 537 368,95	288 171,71	-532 724,85	3 358 265,51
Outras construções 48222	135 981,94	24 006,28	0,00	159 988,22
Equipamento básico 4823	1 926 369,42	145 733,82	-3 496,16	2 075 599,40
Equipamento de transporte 4824	1 370 565,40	54 381,84	0,00	1 424 947,24
Ferramentas e utensílios 4825	32 342,89	1 785,47	0,00	34 128,36
Equipamento administrativo 4826	2 288 282,33	104 691,34	19 435,16	2 373 538,51
Taras e vasilhame 4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas 4829	381 216,83	8 715,71	0,00	389 932,54
	8 672 127,76	627 486,17	-516 785,85	9 816 399,78
De Investimentos em imóveis 481				
Terrenos e recursos naturais 4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções: 4812				
Edifícios 48121	198 867,65	8 307,13	0,00	207 174,78
Outras construções 48122	0,00	0,00	0,00	0,00
	198 867,65	8 307,13	0,00	207 174,78
De Investimentos Financeiros 49				
Partes de capital 491	149 936,63	486,76	47 657,39	102 766,00
Obrigações e títulos de participação 492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras: 495				
Depósitos em instituições financeiras 4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública 4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos 4953	0,00	0,00	0,00	0,00
	149 936,63	486,76		102 766,00

Município de Mealhada

Ano: 2016

Unidade: Euros

Até à data: 31/12/2016

8.2.26 - Contas de Ordem

Código	Contas Designação	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	4 531 457,99		131 281,46		4 662 739,45	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	9 299,00				9 299,00	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	4 515 205,29		108 448,50		4 623 653,79	
09323	Prestadas por Outros Credores	6 953,70		22 832,96		29 786,66	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				290 816,21		290 816,21
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				289 816,21		289 816,21
09333	Devolvidas a Outros Credores				1 000,00		1 000,00
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas				23 730,31		23 730,31
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				23 730,31		23 730,31
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		4 531 457,99		131 281,46	314 546,52	4 348 192,93	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	21 957,66				21 957,66	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		21 957,66		0,00		21 957,66	
Total		4 553 415,65		131 281,46	314 546,52	4 370 150,59	

Cent
4
C
C

Município de Mealhada

Ano: 2016

Até à data: 31/12/2016

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Unidade: Euros

	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	204 221,27	19 016,32	59 473,02	163 764,57
292	Provisões para Riscos e Encargos	680 885,15	33 122,43	0,00	714 007,58
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	149 936,63	486,76	47 657,39	102 766,00

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Mealhada

Ano: 2016
 (unidade: EUR)

(designação da autarquia local)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	157 643,38
Compras	0,00	122 632,54
Regularizações de Existências	0,00	2 518,25
Existências Finais	0,00	143 336,82
Custos no Exercício		139 457,35

Município de Mealhada

Demonstração de resultados financeiros

Até à data: 31/12/2016

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	0,00	37 355,74
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	23 373,20
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	8 307,13	783	Rendimentos de imóveis	0,00	655 536,33
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	115 016,96	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	0,00	395,34	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	338 073,00
	Resultados Financeiros	0,00	930 618,84	789	Diversos	0,00	0,00
		0,00	1 054 338,27			0,00	1 054 338,27

Município de Mealhada

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2016

Até à data: 31/12/2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	0,00	968 044,55	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	4 451,46	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	58 379,74
695	Multas e Penalidades	0,00	250,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	57 039,57
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	5 377,47
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	64 952,13	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	42 979,44
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	504,48	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	326 320,21
	Resultados extraordinários	0,00	-548 106,19			0,00	
		0,00	490 096,43			0,00	490 096,43